



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Ao encerrarmos o exercício financeiro de 2018, apresentamos a Prestação de Contas Anual Consolidada do Município de Muqui – ES, e além dos demonstrativos exigidos pela Lei Federal nº. 4.320/64, que obrigatoriamente compõem esta prestação de contas, adicionalmente acrescentamos as seguintes informações:

A – DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS

Apresentamos aqui os limites constitucionais atingidos durante o exercício de 2018

Discriminação	Percentual Mínimo Obrigatório	Valor Aplicado	Percentual Atingido
Despesas em ações e serviços públicos de saúde	15%	6.330.750,17	26,52%
Despesas na manutenção e no desenvolvimento do ensino	25%	8.147.667,42	34,13%
Remuneração dos profissionais do magistério	60%	5.841.395,99	98,84%

Discriminação	Receita Tributária do Exercício Anterior	Limite Máximo para repasse – 7%	Valor Repassado
Transferências financeiras para o Poder Legislativo (duodécimo)	22.928.174,52	1.604.972,22	1.604.972,22

B – DOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF)

B.1 – DESPESA COM PESSOAL

Atingimos no exercício financeiro de 2018 o montante de **R\$ 17.641.035,74** de gastos totais com pessoal, o que corresponde a 47,90% da receita corrente líquida (RCL), portanto obedecido o limite máximo de 54% para o Poder Executivo Municipal.

Poder Executivo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	17.641.035,74	47,90 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.887.912,13	54,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	18.893.516,52	51,30 %
Limite de Alerta (inciso II, parágrafo 1º, art. 59 da LRF)	17.899.120,92	48,60 %
Receita Corrente Líquida (ajustada) – 2018		36.829.466,91

O Poder Legislativo Municipal atingiu o montante de **R\$ 1.309.887,74** de gastos com pessoal no exercício de 2018, o que corresponde a 3,56% da receita corrente líquida (RCL) do município, portanto dentro do limite máximo de 6% para o Legislativo Municipal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Poder Legislativo		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	1.309.887,74	3,56 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	2.209.768,01	6,00 %
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	2.099.279,61	5,70 %
Limite de Alerta	1.988.791,21	5,40 %
Receita Corrente Líquida – 2018		36.829.466,91

Fonte: Site oficial da Câmara Municipal de Muqui - <http://www.camaramuqui.es.gov.br/transparencia>

A despesa total com pessoal do Município de Muqui, consolidando o Poder Executivo e Poder Legislativo atingiu o montante de **R\$ 18.950.923,48** no exercício de 2018, o que corresponde a 51,46% da receita corrente líquida municipal (RCL), portanto dentro do limite máximo de 60% para o Município.

Município de Muqui - Consolidado		
Despesa com Pessoal	Valor	% sobre RCL
Despesa Total com Pessoal – DTP	18.950.923,48	51,46 %
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	22.097.680,15	60,00 %
Receita Corrente Líquida – 2018		36.829.466,91

B.2 – DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

O Município não precisou tomar providências para a recondução dos montantes da dívida consolidada líquida, pois está cumprindo o limite.

O Limite para a dívida do Município de Muqui é de **R\$ 44.555.360,29** quando atingimos **R\$ -2.542.225,54** da dívida consolidada líquida (DCL), portanto o município está dentro do limite estabelecido.

Discriminamos os percentuais atingidos para Dívida Consolidada (DC) e Dívida Consolidada Líquida (DCL):

Dívida Consolidada – DC	R\$ 8.238.241,21
Dívida Consolidada Líquida – DCL	R\$ -2.542.225,54
Receita Corrente Líquida – 2018	R\$ 37.129.466,91
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	22,19
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-6,85
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	R\$ 44.555.360,29
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	R\$ 40.099.824,26



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

O município não possui dívida mobiliária.

B.3 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Durante o exercício não foram contratadas operações de crédito, entretanto houve assunção de dívida com a EDP – ESCELSA no final do exercício anterior (2017) no valor de R\$ 240.029,53. O saldo atual da dívida com a EDP – ESCELSA em 31/12/2018 é de R\$ 198.285,37.

O montante das operações de crédito do município considerado para fins de apuração do cumprimento do limite e sujeito ao limite para fins de novas contratações atingiu o valor de R\$ 198.285,37.

Equiparam-se a operações de crédito, mas não sujeitas ao limite para fins de contratação estão os parcelamentos existentes no município com o INSS, PASEP e parcelamento do FGTS que totalizam R\$ 6.094.432,25.

Operações de Crédito do Município de Muqui – Consolidado		
Apuração do Cumprimento dos Limites	Valor	% sobre RCL
Receita Corrente Líquida (RCL) 2018	37.129.466,91	-
Operações equiparadas e vedadas – (LRF, art. 37)	-	-
Total considerado para fins da apuração do cumprimento do limite	198.285,37	0,53 %
Limite geral definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito internas e externas	5.940.714,71	16,00 %
Operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	-	-
Limite definido por resolução do Senado Federal para as operações de crédito por Antecipação da Receita Orçamentária	2.599.062,68	7,00 %
Total considerado para contratações de novas operações de crédito	6.292.717,62	16,95 %

B.4 – DA CONCESSÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS

Durante o exercício financeiro de 2018 não foram oferecidas garantias ou contragarantias de valores a terceiros pelo Município de Muqui.

B.5 – AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

O limite estabelecido pelo Senado Federal para amortização da dívida consolidada é de 11,50% da Receita Corrente Líquida, que é de **R\$ 4.269.888,70**. No decorrer do exercício de 2018 foram amortizados **R\$ 490.504,19** cumprindo assim o limite estabelecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

B.6 – RESTOS A PAGAR

O montante inscrito em restos a pagar no encerramento do exercício ficou abaixo das disponibilidades financeiras:

Poder Executivo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 12.005.286,90
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 2.584.485,35
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 219.429,45
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2018 (I+II):	R\$ 2.803.914,80

Poder Legislativo	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 40.597,99
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 39.976,96
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 0,00
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2018 (I+II):	R\$ 39.976,96

Município de Muqui - Consolidado	
Disponibilidades financeiras no final do exercício:	R\$ 12.045.884,89
Inscrição em Restos a Pagar do Exercício (I):	R\$ 2.624.462,31
Restos a Pagar de Exercícios Anteriores (II):	R\$ 219.429,45
Total Geral de Restos a Pagar em 31/12/2018 (I+II):	R\$ 2.843.891,76

C – DO RETORNO DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL

Ao final do exercício de 2018 o Município de Muqui (consolidado) atingiu o percentual de 51,46% para despesas totais com pessoal, quando o limite máximo é de 60,00%. Os percentuais atingidos pelo Poder Executivo e Poder Legislativo foram 47,90% e 3,56% respectivamente durante o ano de 2018, portanto dentro dos limites legais e sem a necessidade de recondução ao limite máximo no ano de 2019.

D – DAS METAS ESTABELECIDAS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (LDO)

O Município de Muqui ao encerrar este exercício financeiro, vêm comparar as metas previstas e estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018, com as metas alcançadas e apuradas no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do sexto bimestre de 2018:

Descrição	Meta Prevista – R\$	Apurado – R\$
Receita Total	40.000.000,00	40.138.337,16
Despesa Total	40.000.000,00	37.549.122,46
Resultado Primário	-170.000,00	3.637.072,62
Resultado Nominal	-545.000,00	3.830.470,55
Dívida Pública Consolidada (DC)	7.775.000,00	8.238.241,21
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	245.000,00	-2.542.225,54



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

E – DA RENÚNCIA DE RECEITAS

Conforme previsto na Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) do Município de Muqui para o exercício financeiro de 2018 não havia previsão nos exercícios de 2018, 2019 e 2020 para renúncia de receitas. Assim durante o exercício de 2018 não houve a renúncia de receitas, portanto não se fará necessário demonstrar a compensação das mesmas, inclusive o reflexo nas contas públicas municipais.

F – DA COMPENSAÇÃO PARA A RENÚNCIA DE RECEITAS

Durante o exercício financeiro de 2018 não houve a renúncia de receitas, portanto não se fará necessário demonstrar a adoção de medidas para a compensação das mesmas, conforme o previsto na LDO do Município de Muqui.

G – DA EXECUÇÃO DO PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

Os programas previstos no Plano Plurianual do período 2018-2021 e na LDO de 2018 que foram executados no decorrer da execução orçamentária de 2018 atingiram a proporção de 102,38% dos valores previstos inicialmente e foram assim distribuídos para o Poder Executivo Municipal:

Código	Nome do Programa do PPA 2018-2021	Recursos Previstos em 2018	% Previsto	Recursos Aplicados em 2018	% Aplicado	Previsto x Aplicado
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$1.030.000,00	2,78	1.019.672,54	2,72	99,00
0001	ATUAÇÃO LEGISLATIVA	R\$1.850.000,00	5,00	1.563.952,12	4,17	84,54
0002	APOIO ADMINISTRATIVO	R\$8.620.000,00	23,30	7.348.919,61	19,57	85,25
0006	GESTÃO EDUCACIONAL	R\$1.039.500,00	2,81	959.834,05	2,56	92,34
0007	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	R\$5.801.000,00	15,68	6.154.978,32	16,39	106,10
0008	GESTÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$3.550.500,00	9,60	5.077.952,16	13,52	143,02
0009	ACESSO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, TECNOLÓGICA E UNIVERSITÁRIA	R\$95.000,00	0,26	169.375,00	0,45	178,29
0010	PREVENÇÃO E PREPARAÇÃO PARA EMERGÊNCIAS E DESASTRES	R\$67.500,00	0,18	79.179,64	0,21	117,30
0011	GESTÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA	R\$14.000,00	0,04		0,00	0,00
0018	APOIO AGROPECUÁRIO	R\$638.500,00	1,73	275.170,11	0,73	43,10
0020	CONSERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	R\$73.000,00	0,20	7.581,00	0,02	10,38
0026	GESTÃO DO SUS	R\$338.500,00	0,91	979.795,51	2,61	289,45
0027	GESTÃO DOS SERVIÇOS E AÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	R\$4.975.000,00	13,45	4.875.179,52	12,98	97,99
0028	GESTÃO DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	R\$3.497.500,00	9,45	5.069.315,06	13,50	144,94



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

0029	GESTÃO ESTRATÉGICA DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	R\$353.000,00	0,95	316.953,77	0,84	89,79
0030	GESTÃO DAS AÇÕES EM VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R\$336.500,00	0,91	210.103,21	0,56	62,44
0034	SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$682.000,00	1,84	930.559,35	2,48	136,45
0058	PATRIMÔNIO HISTÓRICO, ARTÍSTICO E CULTURAL	R\$239.000,00	0,65	299.623,07	0,80	125,37
0061	ESPORTE PARA TODOS	R\$521.500,00	1,41	323.213,71	0,86	61,98
0069	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$317.000,00	0,86	544.904,27	1,45	171,89
0070	GESTÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R\$400.500,00	1,08	747.943,39	1,99	186,75
0071	PROMOÇÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA	R\$36.000,00	0,10	56.114,35	0,15	155,87
0072	PROGRAMA CIDADE DE TODOS	R\$228.000,00	0,62	20.299,05	0,05	8,90
0073	PROGRAMA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	R\$5.000,00	0,01	79.411,08	0,21	1588,22
0074	PROGRAMA DE PROTEÇÃO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$215.000,00	0,58	135.775,92	0,36	63,15
0200	INFRAESTRUTURA PÚBLICA	R\$2.026.500,00	5,48	303.316,65	0,81	14,97
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$50.000,00	0,14	-	0,00	0,00
Totais		R\$37.000.000,00	R\$100,00	R\$37.549.122,46	R\$100,00	101,48

H – DO CONTROLE DE PRECATÓRIOS

Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, que “Altera o art. 100 da Constituição Federal e acrescenta o art. 97 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo regime especial de pagamento de precatórios pelos Estados, Distrito Federal e Municípios”, o Município de Muqui adotou o regime especial para pagamento dos precatórios devidos pela municipalidade. Inicialmente a adoção foi pelo regime especial com o pagamento mensal equivalente a 1% da receita corrente líquida (RCL) do município o que levaria uma previsão inicial de 22 anos para pagamentos dos precatórios já encaminhados ao município. Atualmente o Município adotou o pagamento dos precatórios ainda com o regime especial, mas com uma redução para 15 anos de pagamentos, conforme informação da Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (CEPRES), relativo ao processo administrativo TJES nº 201.001.268.768.

Desde a adoção do regime especial de pagamento de precatórios, por parte do Município de Muqui, a Prefeitura Municipal já transferiu a título de depósito judicial para pagamento de precatórios o montante de R\$ 3.124.642,42 até 31 de dezembro de 2018.

Entretanto, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJES), até o dia 31 de dezembro de 2018 não havia informado formalmente o Município sobre quais precatórios foram quitados e os seus detalhamentos para que o Município efetuasse a baixa dos valores no estoque de precatórios.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Assim os precatórios a pagar foram movimentados no exercício de 2018, apenas para inscrição de novos precatórios e para atualização do estoque já existente, não houve baixa no exercício.

A relação dos precatórios quitados foi solicitada ao TRF-2ª, TJES e TRT-17ª através dos ofícios PMM 159/2015, PMM 160/2015 e PMM 161/2015.

Anteriormente o Município de Muqui, já havia solicitado aos tribunais a relação dos precatórios quitados foram solicitados ao TJES e TRT-17ª através dos ofícios PMM 263/2014 e PMM 264/2014, entretanto o gestor dos precatórios (TJES) não forneceu as informações requeridas.

Dessa forma, a fim de garantir a transparência da aplicação dos recursos municipais, a Secretaria Municipal de Finanças, vem registrando em sua contabilidade os depósitos judiciais em favor do TJES nas contas do Ativo Circulante, como Conta Especial – Precatórios, no qual os valores só serão baixados como direito do Município assim que o TJES informar quais precatórios foram quitados e seus respectivos valores.

Atualmente o estoque de precatórios inscritos no Balanço Geral de 2018 do Município totaliza o montante de R\$ 6.726.822,13.

I – DOS GASTOS COM PUBLICIDADE

Durante o exercício financeiro de 2018 o montante de gastos com publicidade (divulgação de material institucional) dos órgãos do Poder Executivo Municipal atingiu o valor de R\$ 103.673,13 representando o percentual de 0,30% (zero virgula trinta por cento) do total das despesas liquidadas durante o ano de 2018.

J – DA RECUPERAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS

Apesar da receita própria municipal (IPTU, IRRF, ITBI, ISS, Taxas, Multas e Juros dos Tributos, Receita da Dívida Ativa e Multas e Juros da Dívida Ativa dos Tributos) representar anualmente em média 5% de toda a arrecadação municipal, a Procuradoria Geral do Município, atua estrategicamente e operacionalmente junto ao Setor de Tributário de Muqui atendendo as suas demandas, a fim de respaldar na legalidade as ações realizadas pelo fisco Municipal nas suas atividades de fiscalização e arrecadações tributárias próprias, evitando assim a evasão das divisas municipais.

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados para a justiça a fim de proceder a cobrança.

As execuções judiciais iniciaram em janeiro de 2016, no final do exercício de 2016 o total de ajuizamentos feitos na comarca de Muqui alcançaram o valor total de R\$ 658.562,31.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Em 2017 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multas e juros totalizaram R\$ 185.530,75.

Em 2018 a arrecadação com receita da dívida ativa incluindo multas e juros totalizaram R\$ 92.979,11.

K – DAS RECOMENDAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

Para assegurarmos uma boa gestão dos recursos públicos estamos sempre observando os princípios da Administração Pública: Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência, assim as recomendações determinadas pelo órgão de controle externo (TCEES) estão sempre que for o caso sendo observadas, conforme os pareceres prévios e notificações.

L – DA ARRECADAÇÃO MUNICIPAL

No decorrer do exercício financeiro de 2018 a arrecadação municipal atingiu o montante de **R\$ 40.138.337,16** representando um acréscimo em relação ao exercício anterior da ordem de **20,39 %** (vinte virgula trinta e nove por cento).

Durante o exercício financeiro de 2015 a Procuradoria Municipal, enviou para cartório a relação de devedores da dívida para protesto dos títulos, os títulos que não obtiveram êxito nos protestos, foram encaminhados no ano de 2016 para a justiça a fim de proceder a cobrança.

A receita total arrecadada possui a seguinte composição no exercício de 2018:

Discriminação	Valor	Participação percentual %
Receitas Tributárias	1.963.305,57	4,89
Receitas de Contribuições	551.887,50	1,37
Receita Patrimonial	287.995,58	0,72
Transferências Correntes	34.165.564,31	85,12
Outras Receitas Correntes	160.713,95	0,40
Transferências de Capital	3.008.870,25	7,50
Total da Receita Arrecadada	40.138.337,16	100,00

Nota: Receita já deduzido o Fundeb

Foram adotadas medidas visando à intensificação da fiscalização in loco aos contribuintes do Imposto sobre Serviços (ISS), além da concessão de autorização para emissão de blocos de notas fiscais de prestação de serviços, com validade de 24 meses.

Preocupados com a manutenção da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISSQN), foi sancionada a Lei Municipal nº 536/2013 que institui no Município de Muqui, a retenção na



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

fonte do ISSQN para as pessoas físicas e jurídicas que prestarem serviços a Municipalidade.

Além disso, foram firmados convênios com as instituições bancárias para recebimento dos tributos municipais e implantação de sistema informatizado para a emissão, cálculo e cobrança dos tributos municipais.

No mês de novembro de 2017 foi sancionada a lei municipal nº 729 de 10/11/2017 que “Institui a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica NFS-E e dá Outras Providências”, com o objetivo de registrar as operações de prestação de serviços, com autorização de uso fornecida pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

M – DA PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA DO MUNICÍPIO

O Município de Muqui não possui participação acionária em empresas públicas e sociedades de economia mista até a presente data.

Muqui-ES, 02 de abril de 2019.

Carlos Renato Prúcoli
Prefeito Municipal de Muqui